



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 5971/2016

IPL Nº 0161/2014 (PROCESSO Nº 0006680-77.2013.4.01.4301)

ORIGEM: PRM – ARAGUAÍNA/TO

PROCURADOR OFICIANTE: FELIPE TORRES VASCONCELOS

RELATOR: JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO

MATÉRIA: Inquérito policial. Suposta prática dos crimes previstos no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro e nos arts. 304 (uso de documento falso) e 311 (adulteração de sinal identificador de veículo automotor) do Código Penal. Investigado que, em 19 de abril de 2013, conduziu veículo automotor, com capacidade psicomotora alterada, em razão de influência de substância psicoativa, apresentando, em abordagem realizada pela Polícia Rodoviária Federal, no Município de Araguaína-TO, Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV falsificado. Após buscas no interior do automóvel, os Policiais encontraram 03 (três) recipientes com resíduos de substância semelhante à cocaína e constataram que a numeração de tal documento constava da relação de CRLV's furtados/extraviados do DETRAN-TO. Ademais, ao analisarem o chassi do veículo, perceberam indícios de adulteração. Exames periciais atestaram as falsidades. O Ministério Público Estadual apresentou em Juízo manifestação pelo declínio da competência para a Justiça Federal, salvo quanto ao delito da Lei de Drogas, o que foi acolhido pelo Julgador. **1)** Crime do art. 304 do CP. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências. Oitiva do investigado, que afirmou ser o carro que dirigia do seu empregador, não tendo ciência das inautenticidades. Empregador que, também ouvido em sede policial, confirmou ser o proprietário do bem. Ausência de dolo na conduta examinada. Atipicidade formal. Homologação do arquivamento. **2)** Crimes do art. 311 do CP e do art. 306 do CTB. Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 33 da 2ª CCR/MPF). Condutas adversadas que violaram inspeção técnica e controle do Departamento de Trânsito do Estado do Tocantins, maculando, pois, serviço e interesse de órgão estadual. Inexistência de ofensa direta e específica a bem, serviço ou interesse da União, de suas entidades autárquicas ou de suas empresas públicas. Inexistindo o crime de uso de documento falso, ausente se faz a conexão probatória e a incidência do Verbete Sumular nº 122 do Superior Tribunal de Justiça. Carência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Precedentes deste Colegiado (Procedimentos MPF nºs 1.12.000.000565/2014-24 e 1.34.030.000222/2012-83). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual. Ratificado o declínio, reafirmando a ausência de atribuição do MPF por este Colegiado, por se tratar de ato complexo, que pressupõe dupla aferição, nos moldes do Enunciado nº 02 do Conselho Institucional do Ministério Público Federal¹, resta instalado conflito de atribuições entre Membros do MPF e

1 Nas hipóteses de declínio de atribuição para Ministério Público diverso do Federal, a questão deverá ser submetida à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão nos autos originais em que suscitado para homologação. Referência: Art. 17, § 2º, da Resolução CSMPF nº 87. Processos: CNMP nº

do MPE, pelo que o dissenso deve ser dirimido pelo Procurador-Geral da República, conforme preconizado na Tese nº 7 da Edição nº 1 do Informativo de Teses Jurídicas da PGR e em precedentes do STF (ACO n.os 1585, 1672, 1678, 1717 e 2225).

HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E DO ARQUIVAMENTO

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso (inteligência do art. 109, inc. IV, da Constituição da República).

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O ARQUIVAMENTO E O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Procurador da República oficiante, às fs. 219 e 220.

Encaminhem-se os autos, com as homenagens de estilo, ao Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, a quem cabe dirimir o presente conflito de atribuições.

Brasília/DF, 09 de agosto de 2016.

Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho
Subprocurador-Geral da República
Suplente – 2ª CCR

/GCVV